

**ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:**  
Uma análise crítica da inclusão do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva

ALVES, Cláudia Gadelha <sup>1</sup>  
AGUIAR, Fabiano Sales de <sup>2</sup>  
RODRIGUES, Marlene <sup>3</sup>

**RESUMO:** A inclusão no contexto escolar pressupõe garantir o direito ao aprendizado para todos os estudantes. No entanto, ao analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), principal documento normativo para a educação básica brasileira, identificam-se lacunas significativas em relação à inclusão de alunos com deficiência. Nesse sentido, este estudo visa investigar se as diretrizes para a inclusão da BNCC promovem uma abordagem verdadeiramente inclusiva para esses alunos. Metodologicamente, empregou-se uma abordagem qualitativa e analítica, combinando análise documental e revisão de literatura narrativa. Para tanto, foram consultadas fontes científicas, incluindo artigos, monografias, dissertações e teses, visando compor a base teórica e subsidiar as análises dos dados investigados. Verificou-se que, como documento central, a BNCC não incorpora a inclusão de forma eficaz, negligenciando debates sobre deficiência e diversidade. Além disso, falta orientação clara para que os professores desenvolvam propostas concretas de inclusão para o público-alvo da educação especial. Conclui-se que é imprescindível criar estratégias que promovam o aprendizado de alunos marginalizados por uma visão escolar limitada, que muitas vezes descredita a capacidade de aprender dos alunos com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas educacionais; currículo; alunos com deficiência; BNCC.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão se baseia no princípio de que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, têm direito a um ensino que ofereça oportunidades equitativas de aprendizado. A valorização da diversidade humana é o pilar fundamental

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional – UNIR, Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho, Rondônia, e-mail: claudiagadelha2501@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional – UNIR, Professor da Universidade Federal do Acre – UFAC, e-mail: fabiano.aguiar@ufac.br

<sup>3</sup> Doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus Araraquara, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional – UNIR, Vice-Líder do GEPEIN, e-mail: marlene.rodrigues@unir.br

da inclusão, e a educação é um direito inegociável que deve ser promovido a todos, sem distinção ou preconceito, tanto dentro quanto fora da escola. Nessa perspectiva, as escolas devem ser “[...] instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas” (Mantoan, 2003, p. 9).

Implementada em 2018 no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – foi criada para orientar os currículos das escolas em todo território nacional. No entanto, embora preconize uma educação inclusiva para atender à diversidade da sala de aula, professores e pesquisadores criticam na BNCC a falta de orientações claras e objetivas sobre práticas curriculares adaptadas e estratégias metodológicas específicas para incluir alunos com deficiência de forma eficaz. Apesar de o documento normativo afirmar compromisso com a equidade e o combate à exclusão, observa-se que as especificidades das pessoas com deficiência foram marginalizadas, como destacam Paoli *et al.* (2023).

Diante desse cenário, o presente estudo tem por objetivo analisar de que forma a BNCC trata a questão da inclusão educacional, mas especificamente dos alunos com deficiência. A investigação busca compreender se a proposta apresentada pelo documento atende de fato às necessidades da educação inclusiva do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Desse modo, o estudo será estruturado em uma pesquisa documental e uma revisão narrativa de literatura, visando refletir sobre a necessidade de políticas educacionais inclusivas que garantam acesso equitativo à educação para todos

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa usa uma abordagem qualitativa de cunho analítico com análise documental e revisão de literatura narrativa. Conforme considera Gil (2008), aplica-se a pesquisa qualitativa para entender os fenômenos por meio de análises de dados interpretativos. Essa investigação se aprofunda em aspectos sociais subjetivos que não podem ser quantificados.

Como estratégia de pesquisa, utilizou-se a revisão narrativa para identificar trabalhos relevantes à temática. Essa abordagem envolveu a busca sistemática por pesquisas científicas em artigos, monografias, dissertações e teses, com o objetivo de construir uma base de fontes para análise, bem como subsidiar os dados investigados. O diferencial desse processo metodológico é que ele não apresenta o rigor extensivo pelo qual a revisão de literatura foi realizada (Andrade, 2021).

Nessa perspectiva, a revisão narrativa é uma abordagem flexível que busca “[...] um determinado assunto, dando ao revisor suporte teórico em curto período” (Casarin *et al.*, 2020, p. 1). Como explicam Fernandes, Vieira e Castelhana (2023), embora não seja uma revisão sistemática ou integrativa, o método apresenta elementos valiosos para construir materiais científicos validados. Nessa conjuntura, esta pesquisa também incorpora uma análise documental, com foco específico na BNCC.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A escola é um espaço de disputas constantes, refletindo tensões nas políticas curriculares e nas práticas educativas. A BNCC, como documento que poderia responder a tais tensões, apresenta escassas menções à inclusão de alunos com deficiência, apesar de pretender ser um documento orientador que estabelece um modelo de homogeneidade na educação básica brasileira.

Quando normatiza formas de ver a diversidade em sala de aula, a BNCC apresenta “[...] o respeito à diversidade existente no espaço da sala de aula, no qual cada discente aprende, de forma diferente, a ver o mundo de formas diferenciadas” (Silva; Menezes, 2020, p. 3). No entanto, ela parece não garantir um currículo efetivamente inclusivo, pois suas orientações metodológicas não consideram suficientemente as singularidades e necessidades individuais dos alunos. Ao centrar-se exclusivamente em "competências e habilidades", o documento se revela insuficiente para uma educação inclusiva, uma vez que ignora a diversidade de experiências e contextos que cada aluno traz consigo (Paoli *et al.*, 2023).

Como documento central à educação brasileira, a BNCC falha em integrar a inclusão de maneira efetiva, deixando de lado discussões sobre deficiência e diversidade. Assim, continua sendo necessário pensar em estratégias que

promovam o aprendizado dos alunos que, muitas vezes, são negadas por uma visão biologizante da escola que foca na deficiência com discursos fatalistas de que os alunos com deficiência não aprendem, conforme analisou Vigotski: “A natureza do próprio desenvolvimento transforma-se do biológico no sócio-histórico [...]” (Vigotski, 1998, p. 48).

Vigotski não nega a existência da deficiência, mas destaca que essas condições não são um impedimento para práticas inclusivas que devem ser construídas no contexto social em que o aluno está inserido. Assim, ao organizar o trabalho pedagógico com práticas que priorizem estratégias de acesso ao currículo, a escola proporciona uma verdadeira inclusão (Vigotski, 1998).

Tem-se também que a falta de um diálogo sobre inclusão na BNCC representa um retrocesso nas conquistas históricas pela valorização da diversidade no espaço escolar. Sendo o conceito de inclusão analisado a partir de uma perspectiva crítica, pela qual se destaca a importância de reconhecer as experiências vividas pelos alunos e suas especificidades (Paoli *et al.*, 2023), a inclusão deve ser um processo contínuo de convivência e produção de conhecimento, não somente um conceito aplicado a alunos com deficiência. Dessa forma, a escola inclusiva deve ser um espaço onde todos os alunos têm o direito de aprender e desenvolver suas capacidades de acordo com suas individualidades (Mantoan, 2003).

Ao priorizar um currículo padronizado, a BNCC ignora as diferentes formas de aprendizagem e as realidades que os alunos enfrentam. Além disso, o documento não considera os espaços plurais da sala de aula, composta por pessoas com suas individualidades. Ocorre que o currículo deve ser flexível e adaptável, reconhecendo as necessidades e interesses diversos dos alunos, não apenas um conjunto de competências a serem adquiridas (Silva; Menezes, 2020).

Portanto, no que diz respeito à inclusão dos alunos com deficiência, deve-se pensar nos impactos que esse documento normativo pode causar nas escolas, pois são cobradas capacidades que devem ser “[...] alcançadas por todos os estudantes durante a Educação Básica. Isso já exclui e desconsidera os casos dos alunos com deficiência, pois padroniza o que deve ser alcançado em todas as disciplinas” (Silva; Menezes, 2020, p. 3).

A reprodução acrítica de modelos curriculares impostos pode perpetuar abordagens convencionais e padronizadas, como sugerido pela BNCC. Isso pode

resultar na exclusão de alunos que não se enquadram nas expectativas homogêneas de aprendizagem, reforçando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e personalizada.

Na sociedade brasileira contemporânea, apesar dos avanços democráticos, ainda persiste uma utopia em relação às oportunidades negadas e à marginalização de indivíduos, especialmente aqueles que requerem suporte substancial. Sem esse suporte, esses indivíduos enfrentam segregação e invisibilidade. Dessa forma, é fundamental considerar que “[...] os conteúdos selecionados impactam diretamente nas práticas educacionais dos(as) profissionais, na potencialização, ou no impedimento, do desenvolvimento das crianças (Paoli *et al.*, 2023, p. 3).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nesses estudos, buscou-se observar como a BNCC aborda a inclusão de alunos com deficiência. Embora a equidade e diversidade sejam fundamentais na proposta, a inclusão de estudantes com deficiência é tratada de forma desvinculada da realidade, pois não oferece orientações práticas eficazes para os docentes sobre como incluir esses alunos na perspectiva da educação inclusiva.

Verificou-se, assim, que a BNCC não fornece orientações claras sobre o currículo, resultando na falta de estratégias concretas para os professores incluírem alunos com deficiência. Além disso, o documento não estabelece, por exemplo, um diálogo com abordagens teóricas relevantes, como a Psicologia Histórico-Cultural, que destaca a importância do contexto no desenvolvimento humano. Essa perspectiva, proposta por Vygotsky (1998), defende que o desenvolvimento humano não deve ser reduzido a aspectos biológicos, mas sim considerar as capacidades de aprendizagem dos indivíduos.

Diante da análise do documento normativo, conclui-se que a inclusão não pode ser reduzida a um mero discurso ou a normas impostas, mas a um compromisso genuíno com a garantia do direito de acesso ao aprendizado para todos, sem distinção.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário César Rezende. O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, 2021. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v14nspe/01.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_verseofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_sit_e.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2024

CASARIN, Sidnéia Tessmer; PORTO, Adrize Rutz; GABATZ, Ruth Irmgard Bartschi; BONOW, Clarice Alves; RIBEIRO, Juliane Portella; MOTA, Marina Soares. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health / Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 5, 30 out. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/19924>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FERNANDES, Jaciara Mayara Batista; VIEIRA, Lidiane Torres; CASTELHANO, Marcos Vitor Costa. Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. **Redes - Revista Educacional da Sucesso**, Caicó – RN, v. 3, n. 1, p. 1-8, 3 nov. 2023. Semestral. Disponível em: <<https://www.editoraverde.org/portal/revistas/index.php/rec/issue/view/revistaredes.edu.facsu.br>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

PAOLI, Joanna de; LIMA, Loyane Guedes Santos; RODRIGUES, Maria de Lourdes Dias; MACHADO, Patrícia Fernandes Lootens. Cadê a inclusão das pessoas com deficiência na BNCC? A exclusão comeu! **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. 1–26, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/70910>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, José Affonso Tavares; MENEZES, Vanessa Maria Silva. Reflexões acerca da inclusão escolar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): avanços e retrocessos. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 41, 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/41/reflexoes-acerca-da-inclusao-escolar-na-base-nacional-comum-curricular-bncc-avancos-e-retrocessos>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

VYGOTSKY, Levy. **Pensamento e linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.